



**LEI Nº. 2.694/2011.**  
**CRATO/CE, 15 DE JUNHO DE 2011.**

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Crato, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Crato, Estado do Ceará, para o exercício de 2012 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

**I - DAS METAS FISCAIS**

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2012, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 249, de 30 de abril de 2010-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indiretas constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do MANUAL TÉCNICO DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 249, de 30 de abril de 2010-STN.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos nos Art. 2º e 3º desta Lei constituem-se dos seguintes:

CNPJ  
07.587.975/0001-07

CGF  
06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo Júlio Saraiva s/n.º - Centro  
<http://www.crato.ce.gov.br>  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3521.9600 - Ramal 32  
88 3521.8969

E-Mail e Site Oficial  
[gabinete@crato.ce.gov.br](mailto:gabinete@crato.ce.gov.br)



**VOLUME I**  
**Anexo de Riscos Fiscais e Anexo de Metas Fiscais**  
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

- I - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
Demonstrativo I - Metas Anuais;  
Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;  
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;  
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;  
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;  
Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;  
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e  
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

**RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

**METAS ANUAIS**

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2012 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2012, 2013 e 2014 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 249/2010 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.



### **AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

### **METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Art.9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídas com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

### **EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Art. 10 - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

### **ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos devem estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário



### **AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria nº 249/2010-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

### **ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

### **MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.**

Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

### **MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.**



Prefeitura de Crato  
Palácio Alexandre Arraes  
Gabinete do Prefeito



Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 249/2010-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2012, 2013 e 2014.

#### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.**

Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

#### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.**

Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

#### **METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.**

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2012, 2013 e 2014.

### **II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2012 serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2010 a 2013, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

CNPJ  
07.587.975/0001-07

CGF  
06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo Júlio Saraiva sn.º - Centro  
<http://www.crato.ce.gov.br>  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3521.9600 - Ramal 32  
88 3521.8969

E-Mail e Site Oficial  
[gabinete@crato.ce.gov.br](mailto:gabinete@crato.ce.gov.br)



Prefeitura de Crato  
Palácio Alexandre Arraes  
Gabinete do Prefeito



§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2012 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2012, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

### III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20 - O orçamento para o exercício financeiro de 2012 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21 - A Lei Orçamentária para 2012 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23 - O Orçamento para exercício de 2012 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2012 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os

CNPJ  
07.587.975/0001-07

CGF  
06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo Júlio Saralva s/nº - Centro  
<http://www.crato.ce.gov.br>  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3521.9600 - Ramal 32  
88 3521.8969

E-Mail e Site Oficial  
[gabinete@crato.ce.gov.br](mailto:gabinete@crato.ce.gov.br)



Prefeitura de Crato  
Palácio Alexandre Arraes  
Gabinete do Prefeito



estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2012, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2011 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, casos se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2011.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2012 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 3% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 30% do total do orçamento para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

CNPJ  
07.587.975/0001-07

CGF  
06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo Júlio Saraiva s/nº - Centro  
<http://www.crato.ce.gov.br>  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3521.9600 - Ramal 32  
88 3521.8969

E-Mail e Site Oficial  
[gabinete@crato.ce.gov.br](mailto:gabinete@crato.ce.gov.br)



Prefeitura de Crato  
Palácio Alexandre Arraes  
Gabinete do Prefeito



§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2012, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2012 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2012, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnicas e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2012, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

CNPJ  
07.587.975/0001-07

CGF  
06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo Júlio Saraiva s/n.º - Centro  
<http://www.crato.ce.gov.br>  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3521.9600 - Ramal 32  
88 3521.8969

E-Mail e Site Oficial  
[gabinete@crato.ce.gov.br](mailto:gabinete@crato.ce.gov.br)





Prefeitura de Crato  
Palácio Alexandre Arraes  
Gabinete do Prefeito



Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2012 a preços correntes.

Art. 38 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 39 - Durante a execução orçamentária de 2012, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2012 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2012 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

#### **V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 42 - A Lei Orçamentária de 2012 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas

CNPJ  
07.587.975/0001-07

CGF  
06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo Júlio Saraiva s/nº - Centro  
<http://www.crato.ce.gov.br>  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3521.9600 - Ramal 32  
88 3521.8969

E-Mail e Site Oficial  
[gabinete@crato.ce.gov.br](mailto:gabinete@crato.ce.gov.br)



Prefeitura de Crato  
Palácio Alexandre Arraes  
Gabinete do Prefeito



Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 43 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

#### **VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 45 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei que autorize, poderão em 2012, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observado os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2012.

Art. 46 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2012, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2011, acrescida de 5%, obedecida o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de

CNPJ  
07.587.975/0001-07

CGF  
06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo Júlio Saraiva s/n.º - Centro  
<http://www.crato.ce.gov.br>  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3521.9600 - Ramal 32  
88 3521.8969

E-Mail e Site Oficial  
[gabinete@crato.ce.gov.br](mailto:gabinete@crato.ce.gov.br)



Prefeitura de Crato  
Palácio Alexandre Arraes  
Gabinete do Prefeito



Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 50 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 51 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

## VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção no prazo da legislação pertinente.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2012, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

CNPJ  
07.587.975/0001-07

CGF  
06.920.251-6

Endereço:  
Palácio Alexandre Arraes  
Largo Júlio Saraiva sn.º - Centro  
<http://www.crato.ce.gov.br>  
Crato - Ceará

Contatos:  
88 3521.3600 - Ramal 32  
88 3521.8969

E-Mail e Site Oficial  
[gabinete@crato.ce.gov.br](mailto:gabinete@crato.ce.gov.br)



Prefeitura de Crato  
Palácio Alexandre Arraes  
Gabinete do Prefeito



Art. 55 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 56 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal, em 15 de junho de 2011.

  
**SAMUEL VILAR DE ALENCAR ARARIPE.**  
Prefeito Municipal de Crato



ESTADO DO CEARÁ  
 PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO  
 LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIA  
 METODOLOGIA E MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
 I - RECEITAS



Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÕES	Realizada		Orçada		Prevista	
	2010	2011	2012	2013	2014	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>124.453.824,86</b>	<b>136.457.903,98</b>	<b>150.785.983,90</b>	<b>167.070.870,16</b>	<b>185.448.665,88</b>	
Receita Tributária	7.130.148,10	5.916.828,70	6.538.095,71	7.244.210,05	8.041.073,16	
Impostos	6.742.346,99	5.641.204,61	6.233.531,09	6.906.752,45	7.666.495,22	
Taxas	387.801,11	275.624,09	304.564,62	337.457,60	374.577,93	
<b>Receita de Contribuições</b>	<b>3.431.100,32</b>	<b>5.810.265,27</b>	<b>6.420.343,12</b>	<b>7.113.740,18</b>	<b>7.896.251,60</b>	
Contribuições Sociais		2.919.157,24	3.225.668,75	3.574.040,98	3.967.185,48	
Contribuições Econômicas	3.431.100,32	2.891.108,03	3.194.674,37	3.539.699,21	3.929.066,12	
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>464.882,53</b>	<b>1.014.421,22</b>	<b>1.120.935,45</b>	<b>1.241.996,48</b>	<b>1.378.616,09</b>	
Aplicações Financeiras	445.350,60	580.594,11	641.556,49	710.844,59	789.037,50	
Outras Receitas Patrimoniais	19.531,93	433.827,11	479.378,96	531.151,88	589.578,59	
<b>Receita de Serviços</b>	<b>30.409,27</b>	<b>77.007,52</b>	<b>85.093,31</b>	<b>94.283,39</b>	<b>104.654,56</b>	
<b>Transferências Correntes</b>	<b>111.670.472,31</b>	<b>120.688.770,97</b>	<b>133.361.091,92</b>	<b>147.764.089,85</b>	<b>164.018.139,73</b>	
Transferências da União	67.730.104,57	69.185.477,15	76.449.952,25	84.706.547,09	94.024.267,27	
Transferências dos Estados	15.508.758,82	16.167.942,02	17.865.575,93	19.795.058,13	21.972.514,53	
Transferências dos Municípios						
Transferências Multigovernamentais	27.747.244,71	31.802.399,49	35.141.651,44	38.936.949,79	43.220.014,27	
Transferências do Exterior						
Transferências de Pessoas		1.000,00	1.105,00	1.224,34	1.359,02	
Transferências de Convênios	684.364,21	3.531.952,31	3.902.807,30	4.324.310,49	4.799.984,65	
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>1.726.812,33</b>	<b>2.950.610,30</b>	<b>3.260.424,38</b>	<b>3.612.550,21</b>	<b>4.009.930,74</b>	
Multas e Juros de Mora	686.719,24	550.894,61	608.738,54	674.482,31	748.675,36	
Indenizações e Restituições	123.849,00	40.000,00	44.200,00	48.973,60	54.360,70	
Receita da Dívida Ativa	622.349,95	1.527.744,56	1.688.157,74	1.870.478,77	2.076.231,44	
Receitas Diversas	293.894,14	831.971,13	919.328,10	1.018.615,53	1.130.663,24	
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>4.811.407,40</b>	<b>5.097.769,34</b>	<b>5.633.035,12</b>	<b>6.241.402,91</b>	<b>6.927.957,23</b>	
Operações de crédito		2.679.500,00	2.960.847,50	3.280.619,03	3.641.487,12	
Amortização de empréstimos						
Alienações de Bens		99.713,70	110.183,64	122.083,47	135.512,65	
Transferência de Capital	4.811.407,40	2.318.555,64	2.562.003,98	2.838.700,41	3.150.957,46	
Transferência de Convênio	4.725.949,86	2.275.829,16	2.514.791,22	2.786.388,67	3.092.891,43	
Outras Receitas de Capital	85.457,54	42.726,48	47.212,76	52.311,74	58.066,03	
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTARIAS</b>	<b>-</b>	<b>4.001.213,74</b>	<b>4.421.341,18</b>	<b>4.898.846,03</b>	<b>5.437.719,09</b>	
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes		4.001.213,74	4.421.341,18	4.898.846,03	5.437.719,09	
<b>DEDUÇÕES</b>	<b>8.388.019,02</b>	<b>9.022.425,01</b>	<b>9.969.779,64</b>	<b>11.046.515,84</b>	<b>12.261.632,58</b>	
Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	8.388.019,02	9.022.425,01	9.969.779,64	11.046.515,84	12.261.632,58	
<b>TOTAL</b>	<b>120.877.213,24</b>	<b>136.534.462,05</b>	<b>150.870.580,57</b>	<b>167.164.603,27</b>	<b>185.552.709,63</b>	

Samuel Viana de A. Brito  
 PREFEITO MUNICIPAL

ACPP-Assessoria e Contab. Púb. e Priv. S/S Ltda.  
 CNPJ 08.065.560/0001-12 - CRC-CE Nº 000640/0-0

Francisco Josean de Souza  
 Sócio Administrador - CPF 259.418.013-00



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO  
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIA



METODOLOGIA E MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
II - DESPESA

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizada	Orçada			Prevista		
	2010	2011	2012	2013	2014		
<b>DESPESAS CORRENTES ( I )</b>	<b>110.973.010,56</b>	<b>116.191.208,88</b>	<b>128.391.285,81</b>	<b>142.257.544,68</b>	<b>157.905.874,59</b>		
Pessoal e Encargos Sociais	52.482.703,74	58.664.712,72	64.824.507,56	71.825.554,37	79.726.365,35		
Juros e Encargos da Dívida		18.000,00	19.890,00	22.038,12	24.462,31		
Outras Despesas Correntes	58.490.306,82	57.508.496,16	63.546.888,26	70.409.952,19	78.155.046,93		
<b>DESPESAS DE CAPITAL ( II )</b>	<b>10.449.971,85</b>	<b>10.545.227,73</b>	<b>11.652.476,64</b>	<b>12.910.944,12</b>	<b>14.331.147,97</b>		
Investimentos	8.495.774,94	8.623.638,33	9.529.120,35	10.558.265,35	11.719.674,54		
Inversões Financeiras	85.457,54	22.000,00	24.310,00	26.935,48	29.898,38		
Amortização Financeira	1.868.739,37	1.899.589,40	2.099.046,29	2.325.743,29	2.581.575,05		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		9.798.025,44	10.826.818,11	11.996.114,47	13.315.687,06		
<b>TOTAL</b>	<b>121.422.982,41</b>	<b>136.534.462,05</b>	<b>150.870.580,57</b>	<b>167.164.603,27</b>	<b>185.552.709,63</b>		

ACPP- Assessoria e Contab. Pùb. e Priv. S/S Ltda.  
CNPJ 08.086.560/0001-12- CRC-CE Nº 006640/0-0

Francisco Josèah de Souza  
Sócio Administrador - CPF 259.418.013-00

Samuel Vilas Boas Arraiz  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO**  
**LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIA**  
**METODOLOGIA E MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**  
**III- RESULTADO PRIMÁRIO**

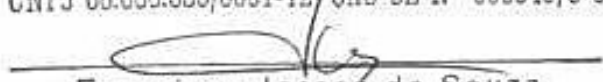



Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

1,00

ESPECIFICAÇÕES	Realizadas	Orçado	Previsto		
	2010	2011	2012	2013	2014
<b>RECEITAS CORRENTES ( I )</b>	<b>116.065.805,84</b>	<b>127.435.478,97</b>	<b>140.757.568,79</b>	<b>155.959.386,22</b>	<b>173.114.918,71</b>
Receita Tributária	7.130.148,10	5.916.828,70	6.508.511,57	7.211.430,82	8.004.688,21
Receita de Contribuição	3.431.100,32	5.810.265,27	6.391.291,80	7.081.551,31	7.860.521,96
Receita Patrimonial	464.882,53	1.014.421,22	1.120.935,45	1.241.996,48	1.378.616,09
Aplicações Financeiras ( II )	445.350,60	580.594,11	641.556,49	710.844,59	789.037,50
Outras Receitas Patrimoniais	19.531,93	433.827,11	479.378,96	531.151,88	589.578,59
Receita de Serviços	30.409,27	77.007,52	85.093,31	94.283,39	104.654,56
Transferências Correntes	111.670.472,31	120.688.770,97	133.361.091,92	147.764.089,85	164.018.139,73
Demais Receitas Correntes	1.726.812,33	2.950.610,30	3.260.424,38	3.612.550,21	4.009.930,74
Deduções de Receitas p/ Formação do FUNDEB	8.388.019,02	9.022.425,01	9.969.779,64	11.046.515,84	12.261.632,58
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES ( III ) = ( I - II )</b>	<b>115.620.455,24</b>	<b>126.854.884,86</b>	<b>140.116.012,30</b>	<b>155.248.541,63</b>	<b>172.325.881,21</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL ( IV )</b>	<b>4.811.407,40</b>	<b>5.097.769,34</b>	<b>5.633.035,12</b>	<b>6.241.402,91</b>	<b>6.927.957,23</b>
Operações de Crédito ( V )	0,00	2.679.500,00	2.960.847,50	3.280.619,03	3.641.487,12
Amortização de Empréstimos ( VI )	0,00	0,00	-	-	-
Alienação de Ativos ( VII )	0,00	99.713,70	110.183,64	122.083,47	135.512,65
Transferência de Capital	4.725.949,86	2.275.829,16	2.514.791,22	2.786.388,67	3.092.891,43
Outras Receitas de Capital	85.457,54	42.726,48	47.212,76	52.311,74	58.066,03
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL ( VIII ) = ( IV - V - VI - VII )</b>	<b>4.811.407,40</b>	<b>2.318.555,64</b>	<b>2.562.003,98</b>	<b>2.838.700,41</b>	<b>3.150.957,46</b>
<b>RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) ( IX ) = ( III + VIII )</b>	<b>120.431.862,64</b>	<b>129.173.440,50</b>	<b>142.678.016,28</b>	<b>158.087.242,04</b>	<b>175.476.838,67</b>
<b>DESPESAS CORRENTES ( X )</b>	<b>110.973.010,56</b>	<b>116.191.208,88</b>	<b>128.391.285,81</b>	<b>142.257.544,68</b>	<b>157.905.874,59</b>
Pessoal e Encargos Sociais	52.482.703,74	58.664.712,72	64.824.507,56	71.825.554,37	79.726.365,35
Juros e Encargos da Dívida ( XI )	0,00	18.000,00	19.890,00	22.038,12	24.462,31
Outras Despesas Correntes	58.490.306,82	57.508.496,16	63.546.888,26	70.409.952,19	78.155.046,93
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES ( XII ) = ( X - XI )</b>	<b>110.973.010,56</b>	<b>116.173.208,88</b>	<b>128.371.395,81</b>	<b>142.235.506,56</b>	<b>157.881.412,28</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL ( XIII )</b>	<b>10.449.971,85</b>	<b>10.545.227,73</b>	<b>11.652.476,64</b>	<b>12.910.944,12</b>	<b>14.331.147,97</b>
Investimentos	8.495.774,94	8.623.638,33	9.529.120,35	10.558.265,35	11.719.674,54
Inversões Financeiras	85.457,54	22.000,00	24.310,00	26.935,48	29.898,36
Amortização da Dívida ( XIV )	1.868.739,37	1.899.589,40	2.099.046,29	2.325.743,29	2.581.575,05
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL ( XV ) = ( XIII - XIV )</b>	<b>8.581.232,48</b>	<b>8.645.638,33</b>	<b>9.553.430,35</b>	<b>10.585.200,83</b>	<b>11.749.572,92</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA ( XVI )</b>	<b>0,00</b>	<b>9.798.025,44</b>	<b>4.523.579,52</b>	<b>5.012.126,10</b>	<b>5.563.459,98</b>
<b>DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) ( XVII ) = ( XII + XV + XVI )</b>	<b>119.554.243,04</b>	<b>134.616.872,65</b>	<b>142.448.405,68</b>	<b>157.832.833,50</b>	<b>175.194.445,18</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO ( IX - XVII )</b>	<b>877.619,60</b>	<b>-5.443.432,15</b>	<b>229.610,60</b>	<b>254.408,54</b>	<b>282.393,48</b>

ACPP-Assessoria e Contab. Púb. e Priv. S/S Ltda.  
 CNPJ 08.086.560/0001-12 - CRC-CE Nº 000640/O-0

  
 Francisco Josean de Souza  
 Sócio Administrador - CPF 239.418.013-00

  
 Samuel Vilar de A. Araripe  
 PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO**  
**LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIA**  
**METODOLOGIA E MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**  
**IV- RESULTADO NOMINAL**



Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	R\$ 1,00				
	2010	2011	2012	2013	2014
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )</b>	28.496.112,79	27.213.787,71	25.989.167,27	24.819.654,74	23.702.770,28
<b>DEDUÇÕES ( II )</b>	2.505.267,77	2.755.794,55	3.045.152,97	3.374.029,50	3.745.172,74
Ativo Disponível	7.288.817,39	8.017.699,13	8.859.557,54	9.816.389,75	10.896.192,62
Haveres Financeiros	524.559,18	577.015,10	637.601,68	706.462,67	784.173,56
( - ) Obrigações Financeiras	5.308.108,80	5.838.919,68	6.452.006,25	7.148.822,92	7.935.193,44
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( III ) = ( I - II )</b>	25.990.845,02	24.457.993,17	22.944.014,29	21.445.625,24	19.957.597,54
<b>RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES ( IV )</b>					
<b>PASSIVOS RECONHECIDOS ( V )</b>					
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )</b>	25.990.845,02	24.457.993,17	22.944.014,29	21.445.625,24	19.957.597,54
<b>RESULTADO NOMINAL</b>	7.606.869,78	(1.532.851,85)	(1.513.978,87)	(1.498.389,05)	(1.488.027,71)

Valor da Dívida Consolidada Líquida em 2009: **18.383.975,24**

Samuel Vitor de A. Araripe  
 PREFEITO MUNICIPAL

ACPP - Assessoria e Contab. Pùb. e Priv. S/S Ltda.  
 CNPJ 08.086.560/0001-12 - CRC-CE Nº 000640/0-0

Francisco Jessuã de Souza  
 Sócio Administrador - CPF. 259.413.013-00





PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO  
LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIA  
METODOLOGIA E MEMORIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS  
V- MONTANTE DA DIVIDA



Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	28.496.112,79	27.213.767,71	25.989.167,27	24.819.654,74	23.702.770,28
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-
<b>DEDUÇÕES ( II )</b>	<b>2.505.267,77</b>	<b>2.755.794,55</b>	<b>3.045.152,97</b>	<b>3.374.029,50</b>	<b>3.745.172,74</b>
Ativo Disponível	7.288.817,39	8.017.699,13	8.859.557,54	9.816.389,75	10.896.192,62
Haveres Financeiros	524.559,18	577.015,10	637.601,68	706.462,67	784.173,56
( - ) Restos a Pagar Proc.	5.308.108,80	5.838.919,68	6.452.006,25	7.148.822,92	7.935.193,44
<b>DCL (III) = ( I - II)</b>	<b>25.990.845,02</b>	<b>24.457.993,17</b>	<b>22.944.014,29</b>	<b>21.445.625,24</b>	<b>19.957.597,54</b>

R\$ 1,00

Samuel Vilar de A. Araripe  
PREFEITO MUNICIPAL

ACPP-Assessoria e Contab. Púb. e Priv. E/S Ltda.  
CNPJ 08.086.560/0001-12  
RGC-CE Nº 000640/0-0

Francisco Joeean de Souza  
Sócio Administrador-CPF 259.413.013-00



**Prefeitura Municipal do Crato**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
**2012**



AMF (LRF, art 4º, § 3º)

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
1 - Passivos Contingentes	0,00	Providências indicada	0,00
2 - Riscos Fiscais	0,00	Providências indicada	0,00
3 - Eventos Fiscais Imprevistos	0,00	Providências indicada	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

R\$ 1,00

*Samuel Vilas de A. Araripe*  
PREFEITO MUNICIPAL

ACPP - Assessoria e Contab. Pùb. e Priv. S/S Ltda.  
CNPJ 08.085.560/0001-42 - CAC-CE Nº 003640/3-0

*Francisco Jozean de Souza*  
Sócio Administrador - CPF 259.413.013-00



Prefeitura Municipal do Crato  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS



III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NO TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2012

LRF, art 4º, § 2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
		%		%		%		%		%		%
Receita Total	103.648.787,05	16,62	120.877.213,24	12,95	136.534.462,05	10,50	150.870.580,57	10,80	167.164.603,27	10,80	185.552.709,63	11,00
Receitas Primárias ( I )	102.271.671,28	17,76	120.431.862,64	7,26	129.173.440,50	10,45	142.678.016,28	10,80	158.087.242,04	10,80	175.476.838,67	11,00
Despesa Total	104.638.933,54	16,04	121.422.982,41	12,45	136.534.462,05	10,50	150.870.580,57	10,80	167.164.603,27	10,80	185.552.709,63	11,00
Despesas Primárias ( II )	98.446.548,89	21,44	119.554.243,04	12,60	134.616.872,65	5,82	142.448.405,68	10,80	157.832.833,50	10,80	175.194.445,18	11,00
Resultado Primário ( I - II )	3.825.122,39	(77,06)	877.619,60	(720,25)	(5.443.432,15)	(104,22)	229.610,60	254,408,54	(1.498.389,05)	(1,03)	282.393,48	11,00
Resultado Nominal	2.226.218,95	241,69	7.606.869,78	(120,15)	(1.532.851,85)	(4,50)	(1.513.978,87)	(6,19)	(1.488.027,71)	(4,50)	23.702.770,28	(6,53)
Dívida Pública Consolidada	20.318.810,15	40,24	28.496.112,79	(5,90)	27.213.787,71	(5,76)	25.989.167,27	(6,53)	24.819.654,74	(6,53)	23.702.770,28	(6,53)
Dívida Consolidada Líquida	18.386.671,52	41,36	25.990.845,02	(5,90)	24.457.993,17	(5,76)	22.944.014,29	(6,53)	21.445.625,24	(6,53)	19.957.597,54	(6,94)

ESPECIFICAÇÃO	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
		%		%		%		%		%		%
Receita Total	94.916.471,66	16,41	110.491.054,15	12,85	124.689.006,44	11,01	138.413.376,67	11,41	154.210.888,62	11,41	171.967.293,44	11,51
Receitas Primárias ( I )	93.655.376,63	17,54	110.083.969,51	7,16	117.966.612,33	10,96	130.897.262,64	11,41	145.836.939,15	11,41	162.629.136,85	11,51
Despesas Total	95.823.199,21	15,83	110.989.929,08	12,34	124.689.006,44	11,01	138.413.376,67	11,41	154.210.888,62	11,41	171.967.293,44	11,51
Despesas Primárias ( II )	90.152.517,30	21,22	109.281.757,81	12,50	122.937.783,24	6,30	130.686.610,72	11,41	145.602.244,92	11,41	162.367.419,08	11,51
Resultado Primário ( I - II )	3.502.859,33	(77,10)	802.211,70	(719,68)	(4.971.170,91)	(104,24)	210.651,93	(0,78)	234.694,23	(1,382.277,72)	261.717,78	11,51
Resultado Nominal	2.038.662,04	241,07	6.953.263,05	(120,13)	(1.399.864,71)	(4,59)	(1.388.971,44)	(3,97)	(1.382.277,72)	(6,01)	(1.379.080,36)	(0,23)
Dívida Pública Consolidada	18.606.969,00	39,99	26.047.635,09	(5,98)	24.852.774,17	(5,76)	23.843.272,72	(6,01)	22.896.360,46	(6,51)	21.967.349,65	(6,51)
Dívida Consolidada Líquida	16.837.611,28	41,10	23.757.627,99	(5,98)	22.336.066,82	(5,76)	21.049.554,40	(6,51)	19.783.787,13	(6,51)	18.496.383,26	(6,51)

Fonte: IPEADATA / IPECE-CE / Relatórios da LRF da Prefeitura

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
ÍNDICE INFLACIONÁRIO %	4,35	4,35	5,00	5,50	6,50	5,90
VALOR CONSTANTE	0,92	0,94	0,95	0,90	0,84	0,79

Samuel Vital de A. Araripe  
PREFEITO MUNICIPAL

ACPP-Assessoria e Contab. Púb. e Priv. S/S Ltda.  
CNPJ 08.026.569/0001-12 - CRC-CE Nº 000640/0-

Francisco Joseán de Souza  
Sócio Administrador - CPF 259.418.013-00



Prefeitura Municipal do Crato  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
I - METAS ANUAIS  
2012



LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2012			2013			2014		
	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (b) = (a / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (d) = (c / PIB) x 100
Receita Total	150.870.580,57	138.413.376,67	181,72	167.164.603,27	154.210.888,62	189,05	185.552.709,63	171.332.141,85	198,16
Receitas Primárias ( I )	142.678.016,28	130.897.262,64	171,85	158.087.242,04	145.836.939,15	178,79	175.476.838,67	162.028.475,22	187,40
Despesa Total	150.870.580,57	138.413.376,67	181,72	167.164.603,27	154.210.888,62	189,05	185.552.709,63	171.332.141,85	198,16
Despesas Primárias ( II )	142.448.405,68	130.686.610,72	171,57	157.832.833,50	145.602.244,92	178,50	175.194.445,18	161.767.724,08	187,10
Resultado Primário ( I - II )	229.610,60	210.651,93	0,28	254.408,54	234.694,23	0,29	282.393,48	260.751,14	0,30
Resultado Nominal	(1.513.978,87)	(1.388.971,44)	(1,82)	(1.498.389,05)	(1.382.277,72)	(1,69)	(1.488.027,71)	(1.373.986,80)	(1,59)
Dívida Pública Consolidada	25.989.167,27	23.843.272,72	31,30	24.819.654,74	22.896.360,46	28,07	23.702.770,28	21.886.214,48	25,31
Dívida Consolidada Líquida	22.944.014,29	21.049.554,40	27,64	21.445.625,24	19.783.787,13	24,25	19.957.597,54	18.428.067,90	21,31

Fonte: IPEADATA / IPECE-CE / Relatórios da LRF

Nota:

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico

% VALOR CORRENTE	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014
	10,00%	10,50%	10,80%	11,00%
ÍNDICE INFLACIONÁRIO %	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014
	5,00	5,50	6,50	5,90
VALOR CONSTANTE	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014
	0,95	0,90	0,84	0,79

PROJEÇÃO PIB (Estadual)	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2012	ANO 2013	ANO 2014
	74.949.000,00	78.696.450,00	83.024.754,75	88.421.363,81	93.638.224,27

Samuel Vilas de A. Araújo  
PREFEITO MUNICIPAL

ACPP - Assessoria e Contab. Púb. e Priv. S/S L<sup>da</sup>  
CNPJ 08.086.560/0001-12 - CRC-CE Nº 000640/ -

Francisco Josean de Souza  
Sócio Administrador - CPF 259.413.013-00



**Prefeitura Municipal do Crato**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**II - AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTOS DE METAS**  
**2012**



LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas em 2010	% PIB = ( I/PIB*100)	II - Metas Realizadas em 2010	% PIB = ( I/PIB*100)	Variação ( II - I )	
					Valor	%
I - Receita Total	121.317.841,73	161,87	120.877.213,24	161,28	(440.628,49)	-0,59
II - Receitas Primárias (I)	102.271.671,28	136,46	120.431.862,64	160,69	18.160.191,36	24,23
III - Despesa Total	121.317.841,73	161,87	121.422.982,41	162,01	105.140,68	0,14
IV - Despesas Primárias (II)	103.290.889,47	137,81	119.554.243,04	159,51	16.263.353,57	21,70
V - Resultado Primário ( I - II )	(1.019.218,19)	(1,36)	877.619,60	1,17	1.896.837,79	2,53
VI - Resultado Nominal	1.746.733,79	2,33	7.606.869,78	10,15	5.860.135,99	7,82
VII - Dívida Pública Consolidada	22.249.097,11	29,69	28.496.112,79	38,02	6.247.015,68	8,34
VIII - Dívida Consolidada Líquida	20.133.405,31	26,86	25.990.845,02	34,68	5.857.439,71	7,82

Fonte: IPEADATA / IPECE-CE / Relatórios da LRF

<b>PROJEÇÃO PIB (ESTADUAL)</b>	<b>ANO 2010</b>
	<b>74.949.000,00</b>

*Samuel Vinícius A. Araújo*  
 PREFEITO MUNICIPAL

ACPP - Assessoria e Contab. Púb. e Priv. S/S Ltda.  
 CNPJ 08.085.569/0001-12 - CMC-CE Nº 000540/0-0

*Francisco José de Souza*  
 Sócio Administrador - CPF 259.418.013-00



Prefeitura Municipal do Crato  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2012



LRF, art 4º, § 2º, inciso III

R\$ 1,00

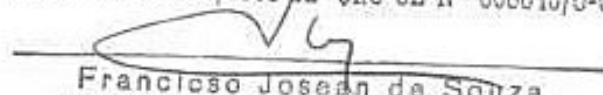
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2009	%	2008	%
Patrimônio/Capital	22.472.734,20	100,00	34.030.955,51	100,00	29.335.932,37	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>22.472.734,20</b>	<b>100,00</b>	<b>34.030.955,51</b>	<b>100,00</b>	<b>29.335.932,37</b>	<b>100,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	%	2009	%	2008	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: IPEADATA / IPECE - CE / Relatórios da LRF da Prefeitura

ACPP- Assessoria e Contab. Púb. e Priv. S/S Ltda.  
CNPJ 08.086.560/0001-12 - CRC-CE Nº 000640/0-0

  
Francisco Josean de Souza  
Sócio Administrador - CPF 239.418.013-00

  
Samuel Vilar de A. Araripe  
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal do Crato  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS



V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2012

LRF, art 4º, § 2º, Inciso III

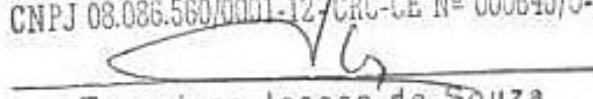
R\$ 1,00


RECEITAS REALIZADAS	2010	2009	2008
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
Receita de Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	305.991,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL ( I )</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>305.991,00</b>

DESPESAS LIQUIDADAS	2010	2009	2008
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS</b>			
Investimentos	0,00	12.112,82	293.878,18
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS DO RPPS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL ( II )</b>	<b>0,00</b>	<b>12.112,82</b>	<b>293.878,18</b>
<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = ( I - II )</b>	<b>0,00</b>	<b>-12.112,82</b>	<b>12.112,82</b>

Fonte: IPEADATA / IPECE - CE ; Relatórios da LRF da Prefeitura

ACPP-Assessoria e Contab. Páb. e Priv. S/S Ltda.  
CNPJ 08.086.560/0001-12/CRC-CE Nº 000640/0-0

  
Francisco Josean de Souza  
Sócio Administrador - CPF 259.418.013-00

  
Samuel Vilar de A. Araripe  
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal do Crato  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS



VI - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS  
2012


LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a"


R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2008	2009	2010
<b>RECEITAS CONCORRENTES (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Outras receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contribuição Patronal do Exercício	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal do Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
<b>REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OUTROS APORTES AO RPPS (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (I + II + III + IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>			
<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL (VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de aposent. RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. de Pensão entre RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X) = (VII + VIII + IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (VI - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balancetes do RPPS

ACPP-Assessoria e Contab. Púb. e Priv. S/S Ltda.  
CNPJ 08.088.560/0001-12- CRC-CE Nº 000640/0-0

  
Francisco Josean de Souza  
Sócio Administrador-CPF 259.418.013-00

  
Samuel Vitor de A. Araripe  
PREFEITO MUNICIPAL





**Prefeitura Municipal do Crato**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
**2012**



LRF, art 4º, § 12º, inciso V

R\$ 1,00

SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	Tributo/Contribuição	2012	2013	
0	0	-	-	- 0
0	0	-	-	- 0
<b>TOTAL</b>		-	-	-

ACPP-Assessoria e Contab. Púb. e Priv. S/S Ltda.  
CNPJ 08.036.560/0001-12 - CRC-CE Nº 000640/0-0  
  
Francisco Josean de Souza  
Sócio Administrador - CPF 209.418.013-00

  
Samuel Vilar de A. Araripe  
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal do Crato  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

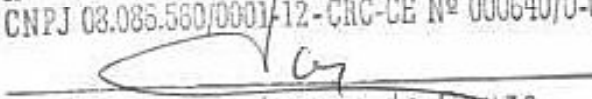


VIII - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2012

LRF, art 4º, § 1º

EVENTO	VALOR PREVISTO 2012
Aumento Permanente da Receita	15.657.248,81
( - ) Aumento Referente a Transferência Constitucionais	1.455.372,58
( - ) Aumento Referente a Transferência do FUNDEB	4.055.154,78
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita ( I )	10.146.721,45
Redução Permanente de Despesa ( II )	0,00
Margem Bruta ( III ) = ( I + II )	10.146.721,45
Saldo Utilizado ( IV )	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC ( III - IV )	10.146.721,45

ACPP-Assessoria e Contab. Púb. e Priv. S/S Ltda.  
CNPJ 08.085.560/0001-12-CRC-CE Nº 000640/0-0

  
Francisco Josean de Souza  
Sócio Administrador - CPF 259.418.013-00

  
Samuel Vitor de A. Araripe  
PREFEITO MUNICIPAL



**Prefeitura Municipal do Crato**  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ANEXO - RISCOS FISCAIS  
2012

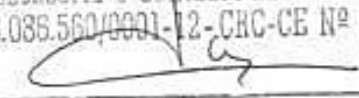


LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
0	0,00	0	0,00
0	0,00	0	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

ACPP-Assessoria e Contab. Púb. e Priv. S/S Ltda.  
CNPJ 08.086.560/0001-12-CRC-CE Nº 000640/0-0

  
Francisco Josean de Souza  
Sócio Administrador-CPF 259.418.013-00

  
Samuel Vitor de A. Araripe  
PREFEITO MUNICIPAL